

A semântica conceitual do campo: aproximações, categorizações, contradições e complementaridades

The conceptual semantics of the field: approximations, categorizations, contradictions and complementarities

William Melo

PhD em Ciência Política e Professor Visitante da UENF, Brasil

william_santos_melo@yahoo.com.br

Resumo

O conteúdo deste trabalho visa apresentar algumas aproximações, categorizações, contradições e complementaridades conceituais erigido nos últimos debates e ações a favor do desenvolvimento rural. O texto abordará a compreensão do território rural como uma esfera multidimensional e polissêmica, ressaltando: 1) Idas e vindas do desenvolvimento rural nos últimos trinta anos; 2) O polissêmico desenvolvimento do campo: a multiplicidade como questão; 3) Desenvolvimento urbano e rural: uma imbricada e complementar relação. Quanto ao método utilizado para o alcance das análises realizadas, foi empregada a análise de relatórios e documentos nacionais e internacionais sobre o tema, além de extensa revisão bibliográfica contemporânea datada do início da década de 1990 até os dias de hoje, demonstrando que um legítimo processo de desenvolvimento só efetivamente ocorre quando se estimula e se mobiliza os atores locais a favor de novas ações e ressignificações de conhecimentos e práticas.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, Rural, Multidimensionalidade, Polissemias.

Abstract

The content of this work aims to present some approaches, categorizations, contradictions and consensual complementarities, established in the last debates and actions in favour of rural development. The text will address the understanding of the rural territory as a multidimensional and polysemic sphere, highlighting: 1) The comings and goings of rural development in the last thirty years; 2) O polissêmico development of the field: multiplicity as questão; 3) Urban and rural development: an intertwined and complement relationship. As a method used to reach the analyzes carried out, it was undertaken to analyze national and international reports and documents on the subject, in addition to extensive contemporary bibliographic review dating from the beginning of the 1990s at the end of the day, demonstrating that a legitimate process of development only effectively or when it is stimulated and mobilized the local adores in favour of new actions and re-meanings of knowledge and practices.

Keywords: Development, Rural, Multidimensionality, Polysemias.

1. INTRODUÇÃO

Durante os últimos 30 anos a noção de desenvolvimento rural brasileiro já se alçou a um campo de importância e também já foi desprestigiada e esquecida pela agenda política brasileira. É própria da temática que essa oscilação seja presenciada, já que as idéias-forças e conceitos que

suscitam reflexões e debates por parte de especialistas e estudiosos geralmente apresentam polissemias e controversas conclusões.

Especificamente o conceito de “desenvolvimento” sempre foi debatido e analisado por diferentes áreas de conhecimento. O Brasil por apresentar singularidades e fragilidades típicas de um país de base econômica primária, por vezes, abre espaço em sua política interna a planos, programas e ações vinculadas a perspectiva desenvolvimentista, tanto agindo na direção da forma e/ou do conteúdo – extenso e dinâmico – que é característico desse conceito.

Independentemente das críticas e acertos realizados pelos atores políticos após a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 1988) em relação ao tema do desenvolvimento brasileiro, uma coisa é certa, o desenvolvimento rural brasileiro sempre veio na esteira dos debates e análises gerais sobre o desenvolvimento e mais especificamente numa relação antitética ou complementar com o desenvolvimento urbano. Os trabalhos no campo da ciência política, economia, demografia, planejamento urbano e na geografia, são particularmente os campos de conhecimento que mais contribuíram para o debate de ideias e orientações de programas governamentais a favor do campo, tendo por dificuldade, no entanto, pouca clareza em apresentar e caracterizar importantes aproximações e categorizações caras ao tema, tais como: 1) a dialética relação entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural e; 2) as diferenças entre desenvolvimento agrário e o desenvolvimento rural.

Ou seja, é tendo por consideração essa lacuna nas reflexões e considerando que há uma nova e acabada “compreensão de agricultura” a partir de meados da década de 1980 – que gradualmente se tornou hegemônica em diferentes sistemas agrícolas – que será aqui debatido as clássicas nomenclaturas dos termos que envolvem a dinâmica das mudanças socioespaciais do campo brasileiro.

A presente reflexão parte da consideração que as definições de rural e agrário utilizadas em uma grande quantidade de países do mundo evidenciam que não existe uma definição universal, existindo pelo contrário, grande variação significativa entre os termos seja porque se prefere alternativos critérios geográficos e demográficos, ou mesmo porque as interpretações conceituais subjetivas tendem a ter compreensões diferentes entre as populações e os países (FAIGUENBAUM, 2011). Destaca-se, no entanto, que as diferenças existentes nos marcos conceituais e analíticos utilizados por mais que sejam abertos a múltiplas interpretações, apresentam como ponto em comum uma tendência de considerar que há sempre uma relação muito clara entre o espaço urbano e o espaço rural, numa clara relação sinergia e/ou antagônica (ARCILA *et al.*, 2013).

2. IDAS E VINDAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

Toda a grande transformação relacionada aos estudos e conceitos da temática do campo brasileiro podem ser datadas a partir de meados da década de 1950. Ressalta-se que a partir da “revolução verde”, iniciou-se uma alteração no campo na direção de um novo padrão tecnológico que rompeu radicalmente com os anteriores movimentos do espaço rural brasileiro, levando as famílias rurais a se adequarem a uma nova racionalidade produtiva. Com a disseminação de outro padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural (e todas as atividades econômicas relacionados a ruralidade brasileira) passou a subordinar-se a interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas. Esse período, que coincide com a expansão capitalista dos “anos dourados” (1950-1975), pode ser interpretado como um divisor de águas para as atividades agropecuárias, que alterou definitivamente todo o tecido social do campo nos mais diferentes países da América Latina.

A questão do desenvolvimento rural, nos anos de 1950 a 1975, certamente foi moldada pelas reflexões e pelos pontos de vistas possíveis da época, tendo o ímpeto da importância da modernização do país a qualquer preço como molas propulsoras para as ações que foram desenvolvidas na esfera rural do país. É importante considerar, que a partir de meados da década de 1960, o Brasil já era conduzido por governos militares que acreditavam que a mudança necessária para o campo viria a partir da criação de um conjunto de programas a serem implementados nas regiões mais pobres do país – dando ênfase a região Nordeste – na direção de uma modernização agrícola que minimizasse os efeitos deletérios da desigualdade e pobreza presentes no campo brasileiro. Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – era entendida como resultado “natural” do processo de mudança produtiva dos produtos agropecuários. Ou seja, acreditava-se na época – e parece que alguns importantes e respeitosos analistas ainda hoje parecem acreditar – que as novas tecnologias e a adoção de um novo padrão de produção por si só nos leva ao aumento da produção, da produtividade e, assim, a uma suposta e virtuosa ação a favor do aumento das rendas familiares e conseqüentemente de um desenvolvimento rural via maior circulação financeira a todos os envolvidos.

A partir dos anos de 1980, muda-se um pouco a abordagem sobre as necessidades e possíveis questões relacionadas à questão rural brasileira. As ações governamentais passam a se inspirar em enfoques econômicos mais ortodoxos, diminuindo o papel do Estado na elaboração e condução das políticas públicas rurais.

A ação a favor da abertura democrática brasileira passa a promover a articulação dos movimentos sociais em prol do atendimento as suas demandas. No campo, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, articulado com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e com a

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passa a interpretar e organizar as demandas e reivindicações dos trabalhadores excluídos, a ponto de conseguirem organizar o “Fórum Nacional pela Reforma Agrária” (SAMPAIO, 2003).

Com a presença de tantas novas institucionalidades e da necessidade de oxigenação na discussão sobre temas estratégicos do país, novamente o tema da reforma agrária volta a fazer parte da agenda política do governo federal, tendo por marco a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (BRASIL, 1985) ainda sob influência do possível presidente e articulador da Nova República, Tancredo Neves (1985 a 1988).

No debate e na tentativa de tornar o I PNRA viável de se concretizar, verifica-se uma grande quantidade de idas e vindas, que se expressam ainda na presença de sinais contraditórios do jogo de forças existentes na esfera brasileira e na sua influência nas ações estatais. Se de início o objetivo era estabelecer a posse e o uso da terra para a produção e o compartilhamento com os trabalhadores rurais, ao longo do tempo, esse objetivo foi sendo aos poucos alterado e passou-se objetivamente a estabelecer os assentamentos rurais como as ações a serem estimuladas e propagadas para a realidade campesina.

Nesta perspectiva, os assentamentos se transformaram numa alternativa politicamente viável que, de certa forma, não conflitava tão fortemente com os anti-reformistas presentes na discussão sobre as ações para a questão rural brasileira. Sendo assim, verifica-se que os novos ares da década de 1980 ainda apresentavam resquícios de manutenção dos privilégios a favor de grandes latifundiários e que esta fase não deve ser interpretada como uma ação de alteração do comportamento do Estado perante o espaço rural; mas sim, como um contínuo processo de lutas, no qual as ações coletivas dos trabalhadores rurais, aproveitando a conjuntura de enfraquecimento do regime militar, passam a reagir à concepção dominante que se materializava na concentração de renda e na exclusão de boa parte da população rural brasileira (FERRANTE *et al.*, 1988).

No entanto, mesmo com a CF/88 (BRASIL, 1988) tendo ajudado conjuntamente no retorno às demandas e reivindicações dos trabalhadores rurais, estas não perduraram por muito tempo. No início da década de 1990, inicia-se outra conjuntura econômica de forte ideário econômico e social, que influenciou definitivamente as primeiras gestões federais democraticamente eleitas. Tal conjuntura, ressaltando a necessidade de abundância de capitais pela economia brasileira, levou o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real) (BRASIL, 1994), uma política econômica ainda mais ortodoxa, que tinha por objetivo a atração a qualquer preço do capital externo, o que leva ao abandono da política de geração de saldos comerciais. A nova regra passa basicamente a se aconrarr no tripé do câmbio valorizado, das tarifas mitigadas e da desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial (DELGADO, 1995).

A partir dos anos de 1990, as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento – principalmente o desenvolvimento rural – se modificam radicalmente, caracterizando-se, ao contrário dos anos de 1970 a 1980, por uma percepção acerca da aparente impossibilidade de qualquer ação, projeto ou política pública em relação à temática. Aliás, pode-se até ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança e da inação com relação ao futuro, manteve o tema do desenvolvimento rural restrito a espaços acadêmicos e a movimentos sociais do campo.

Sendo assim, a década de 1990 caracteriza-se mais uma vez pelo abandono das atividades e necessidades da área rural brasileira. O Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 1996), por exemplo, registra um milhão a menos de estabelecimentos na área rural, demonstrando o desaquecimento econômico destas áreas neste período. Verifica-se também um gigantesco déficit em conta corrente entre 1994 e 1999, ao redor de 3,5% do PIB em média (MDA, 2005) e este período passa a ser marcado por grandes conflitos no campo, advindos de uma política interna pouco preocupada com as questões da terra e cada vez mais desigual para uma grande quantidade de trabalhadores rurais.

Atento aos conflitos advindos do campo e sabendo da necessidade de alterar os rumos da política nacional, o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso procura minimizar os efeitos deletérios dos receituários do neoliberalismo, passando a dar protagonismo à agricultura familiar e ao crédito. Tais ações, por sua vez, ao minimizarem o problema ao invés de enfrentá-lo, não combatem as questões centrais da esfera rural brasileira e do agronegócio. O governo passa então a se aproveitar das políticas de desenvolvimento territorial (DTR) como um mecanismo de controle dos conflitos existentes, sendo também utilizado como retórica em direção a um ideário mais moderno e vinculado à produtividade para os pequenos agricultores.

Os governos do PT – nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011 e no mandato e meio de Dilma Rousseff de 2011 a 2016 – seguem o mesmo ideário colocado nos mandatos do PSDB, chegando a criar novos programas de desenvolvimento territorial baseado em indicadores relacionados à extrema pobreza e ampliando o orçamento de programas já existentes para a agricultura familiar (como é o caso do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf). As duas primeiras gestões são marcadas por uma relação de conciliação de interesses mediados pelo governo federal entre grandes proprietários de terra e movimentos sociais do campo, tornando as reivindicações dos trabalhadores do campo frágeis em seus intentos e tendentes a aceitação ao assentamento rural ao invés da manutenção da disputa a favor da reforma agrária (o que mais a frente inserirá polissemias – como o forte apego ao conceito identitário – que desfavorecerão o necessário debate do desenvolvimento rural brasileiro).

No tocante ao panorama geral das duas últimas gestões do PT – 1º mandato de 2011 a 2014 e 2º mandato de 2015 a meados de 2016 – em relação ao tema do desenvolvimento territorial

e da possibilidade de ações em prol da distribuição equitativa da terra, a interpretação tanto do movimento social do campo, como de estudiosos do tema que têm acompanhado a questão, destaca que as políticas de desenvolvimento rural perderam seu protagonismo na agenda governamental. Um exemplo é o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que ao acompanhar as políticas sociais relacionadas à esfera rural brasileira, demonstra que os Programas relacionados à questão do desenvolvimento agrário no país, embora constem da programação orçamentária oficial – Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e PPA 2012-2015 – não apresentam programas, projetos e ações na respectiva agenda governamental (IPEA, 2011). De lá para cá, os governos federais – gestão Michel Temer (2016 a 2018) e gestão Jair Messias Bolsonaro (2019 até os dias atuais) – radicalizaram ainda mais as ações a favor do agronegócio, da grilagem de terra e do garimpo, a conciliação de interesses outrora frágil tornou-se inexistente e o debate da temática do desenvolvimento rural passou cada vez mais a ser explorado de maneira heterogênea, descoordenada e polissêmica.

3. O POLISSÊMICO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO: A MULTIPLICIDADE COMO QUESTÃO

Embora possa parecer desnecessário o esclarecimento sobre o conceito de desenvolvimento rural, é de fundamental importância rever algumas questões em direção à necessária consolidação da reflexão sobre a temática, seja para evitar polissemias e equívocos e/ou para fortalecer ações a favor da análise e elaboração de reflexões para o mundo rural. Neste intuito, será exposto o conjunto de expressões atualmente utilizadas de forma intercambiável, malgrado seus distintos significados.

A primeira expressão que se destaca é a de *desenvolvimento agrícola ou agropecuário*. A compreensão deste conceito vincula-se diretamente às condições da produção agrícola e/ou pecuária, suas características, referem-se à perspectiva estritamente produtiva. Portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção – são as perspectivas principais que delimitam a compreensão deste conceito (LOPES, 1982; GRAZIANO DA SILVA, 1981; GOODMAN, 1986; KAGEYAMA *et al.*, 1990).

Outro termo correlato, que de certa forma engloba o desenvolvimento agrícola, mas que é mais ambiciosa analiticamente – sujeita também a muitas controvérsias – é o *desenvolvimento agrário*. Normalmente, esse conceito refere-se a considerações acerca do “mundo rural como um todo” e nas relações com a sociedade a partir de uma abordagem múltipla e não apenas à estrutura agrícola. Teóricos e analistas que se utilizam da argumentação a favor deste conceito priorizam mudanças sociais e econômicas a médio e longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos

comparativos entre países e regiões (ABRAMOVAY,1992; STÉDILE, 1994; CHONCHOL, 1994; FERNANDES, 2001).

Sob tal conceito, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) são apenas questões secundárias, geralmente a análise centra-se nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre os atores do campo, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e em suas respectivas mudanças ao longo do tempo e nos conflitos sociais. Ou seja, o cerne desse pressuposto conceitual se ancora na interpretação e análise da “vida social rural” e de suas alterações ao longo do tempo. Normalmente como são estudos e reflexões de amplos painéis históricos sobre o mundo rural, estes estudiosos tendem a realizar avaliações macrosociais dando pouca relevância aos processos microsociais. O grupo de analistas que mais se vinculam a esta perspectiva de abordagem apresentam como inspiração a corrente estruturalista, dando ênfase aos processos históricos e recebendo forte influência marxista ou mesmo na esteira de uma tradicional literatura teórica da economia política.

Um terceiro vocábulo que se insere na polissemia do desenvolvimento do campo, é o termo de *desenvolvimento rural*. Esta definição se diferencia das anteriores por apresentar uma particular característica: ou seja, é um termo geralmente associada a ações previamente articuladas que induzem – ou pretendem induzir – mudanças no ambiente rural. Sendo assim, o Estado nacional e os níveis subnacionais sempre são interpretados como agentes fundamentais para qualquer ação e/ou proposta para a alteração do espaço rural brasileiro. Essa corrente interpretativa (NAVARRO, 2001; SCHNEIDER, 2004; BERDEGUÉ *et al.*, 2001) que exalta o desenvolvimento rural, apresenta fortes características institucionalistas, já que considera que:

[...] a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, [é] o Estado [uma instituição que apresenta] uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais que [podem] favorecer o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001: 88, *grifos do autor*).

A definição do que seja exatamente o conceito de “desenvolvimento rural”, em tais ações e suas respectivas características vêm variando na interpretação de alguns especialistas ao longo dos últimos tempos, embora normalmente nenhuma das propostas negligencie a melhoria do bem-estar das populações rurais. As diferenças dos conceitos basicamente se dão em três princípios: 1) nas estratégias escolhidas; 2) na hierarquização dos processos e; 3) nas ênfases metodológicas.

Em síntese, o desenvolvimento rural geralmente é abordado em análises sobre programas já realizados pelo Estado – nas suas diferentes e variadas execuções – visando alterar a realidade do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos, ou mesmo, a partir da elaboração de uma “ação prática” para o futuro, tentando implantar estratégias de desenvolvimento rural a curto, médio

e longo prazo (existindo debate sobre objetivos e principais prioridades para a esfera rural brasileira).

Mais um conceito que se insere no conjunto de expressões a favor do campo e do setor agropecuário brasileiro é a denominação de *desenvolvimento rural sustentável*, que surgida em meados dos anos de 1980, utiliza-se do conceito de sustentabilidade ambiental. Embora muitos especialistas e estudos pretendam atribuir noções de equidade social ou mais ambiciosamente (SACHS, 1993; CAMARGO, 2002; BRÜSEKE, 2003; MUELLER, 2007; BINSZTOK, 2011), atribuir algum tipo de relação entre formas de organização familiar das famílias com maior vulnerabilidade social no campo, fruto de uma “pseudo-conscientização” a favor de uma ideia de harmonia econômica, social e ecológica no campo, as propostas assim colocadas ainda se encontram muito limitadas a meras ações pontuais e isoladas.

A ideia de sustentabilidade surgida da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório após a Segunda Guerra Mundial serviu de influência para multiplicar as ações em direção a trabalhos empíricos e importantes reflexões. Esse pressuposto conceitual possibilitou a criação de novas estratégias de desenvolvimento rural, incorporando principalmente uma apropriada compreensão acerca da importância do meio ambiente para a esfera rural brasileira, embora se verifique a noção de sustentabilidade atrelada às perspectivas política, social/institucional entre outras possibilidades.

Por fim, a última expressão geralmente constatada em relação à temática do desenvolvimento baseia-se na perspectiva local como método de análise e nova abordagem teórica. O termo *desenvolvimento local*, é também confundido com as demais expressões e vêm se intercambiando com os demais conceitos com certa frequência, o que aumenta a confusão teórica e conceitual a favor de uma legítima explicação sobre desenvolvimento rural. Este novo vocábulo é recente e deriva de duas grandes mudanças: 1) a multiplicação de ONG's que, por atuarem normalmente em ambientes geográficos mais restritos (regiões e/ou municípios), lentamente instituíram seu raio de atuação e, em decorrência de suas ações, criaram uma estratégia “localista”, que se tornou ainda mais acentuada por oposição aos impactos dos processos globalizantes que vêm se avolumando e; 2) aos processos de descentralização que se avolumaram em muitos continentes, principalmente no Brasil após a década de 1990 (BACELAR, 1999; MEYER-STAMER, 2001; BENKO, 2009; LIMA *et al.*, 2009; NETO *et al.*, 2017).

A transferência de responsabilidades de Estados – fortemente influenciada por uma ideologia liberal política e econômica – passou a valorizar crescentemente o “local” ao invés do “nacional”, dando maior protagonismo ao ente municipal, enfraquecendo, por sua vez, políticas e ações nacionais.

Sendo assim, a convergência desses fatores, portanto, introduziu a nova expressão que dá ênfase ao desenvolvimento pela ótica local/regional, a própria condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de “agricultura familiar”, reforçaram uma nova tendência de novos padrões de desenvolvimento. Contudo, um sumário conhecimento empírico das organizações representativas dos agricultores familiares, dos assalariados rurais e dos “sem-terra”, no que se refere ao seu funcionamento e aos seus limites operacionais, indica exatamente o inverso. Ou seja, as ações e o esforço de ações/reflexões realizados e os novos/promissores formatos organizacionais se demonstraram insuficientes em número, em representatividade e de baixa capacidade de mobilização social.

Todas as expressões de desenvolvimento do campo aqui salientadas, acabam, por sua vez, sendo obstaculizadas pela escassa tradição associativista existente na esfera rural brasileira, sendo um limitador universal para a possibilidade de ações equânimes, democráticas e inclusivas para a maior parte dos atores deste processo.

É importante aqui salientar, que as expressões aqui mencionadas – subjetivamente escolhidas a partir de leituras de demais trabalhos e estudos da temática – não são inteiramente segmentadas, pelo contrário, estas têm por características apresentarem significados interpenetrantes.

Por fim, ressalta-se que as temáticas e polissemias a favor do “desenvolvimento rural” é um campo de intensa produção de conhecimento e está sempre muito sujeita a novas arquiteturas analíticas inspiradas por teorias e interpretações diversas e, muitas vezes, divergentes entre si. Portanto, não é possível neste trabalho analisar de forma pormenorizada os fundamentos e pressupostos de todas as diferentes expressões em seus mais diferentes momentos. O que vale destacar, é que os estudos deste campo de conhecimento vêm variando de forma significativa desde os idos de 1970, sob diversos tipos de leituras.

Exemplifica-se a quebra da fronteira social associada à noção de desenvolvimento rural, que em um primeiro momento era restrito à esfera agrícola e que passou a ser compreendida de forma mais ampliada. Dos anos de 1990 em diante, a própria compreensão do que é “rural” tem sido objeto de debate entre inúmeros estudiosos, seus significados de tempos em tempos são redimensionados, deixando para trás a mera identificação com a perspectiva agrícola. Basta lembrar o recente debate – eminentemente europeu – sobre a “multifuncionalidade” da agricultura, que empiricamente, amplia de forma decisiva a questão rural e agrária. Ou ainda, a mais nova discussão que agrega sistemas alimentares, desenvolvimento agrário e a “efervescente biopolítica das agrobiotecnologias” (GOODMAN, 200. p. 183), que vêm lentamente revolucionando a própria ontologia das expressões rural/agrário e minando a radical contradição entre sociedade e natureza que tanto guiou recentes estudos e reflexões.

As multiplicidades de expressões que se caracteriza por uma enorme riqueza de possibilidades e teorias também têm por efeito causar uma grande confusão conceitual a favor de ações e estratégias para o “desenvolvimento rural” brasileiro. Se de um lado as polissemias e múltiplas reflexões tem a finalidade de amenizar os conflitos existentes no campo, enfrentando toda a soma de dificuldades, que se configura em elevados níveis de desemprego, de ociosidade e de concentração de terras. Por outro, a heterogeneidade de caminhos e alternativas traz ausência de consensos, assimetrias de informação e desconcentração de interesses comuns, tornando a questão social do campo aberta a discussões por vezes excessivamente extensas e qualificadamente pouco efetivas na alteração da vida de inúmeras famílias rurais em vulnerabilidade social.

Tabela 1: Expressões conceituais, autores e objetivos epistemológicos.

Correntes e análises conceituais	Autores	Objetivos
<i>Desenvolvimento agrícola ou agropecuário</i>	Lopes (1982); Graziano da Silva (1981); Goodman (1986); Kageyama <i>et al.</i> , (1990).	- Estudos vinculados diretamente às condições da produção agrícola e/ou pecuária, suas características, referem-se estritamente a perspectiva produtiva do campo.
<i>Desenvolvimento agrário</i>	Abramovay (1992); Stédile (1994); Chonchol (1994); Fernandes (2001).	- Abordagem múltipla sobre a estrutura agrícola e pecuária; - Priorização de mudanças sociais e econômicas a médio e longo prazo.
<i>Desenvolvimento rural</i>	Navarro (2001); Schneider (2004); Berdegúe <i>et al.</i> , (2001).	- Conceito associado a ações previamente articuladas que induzem ou pretendem induzir institucionalmente mudanças no ambiente rural; - Maior protagonismo dado ao setor público como institucionalidade relevante para estabelecer ações e alternativas para a esfera rural.
<i>Desenvolvimento rural sustentável</i>	Sachs (1993); Camargo (2002); Brüseke (2003); Mueller (2007); Binsztok (2011).	- Criação de novas estratégias para a reflexão de alternativas ao ‘desenvolvimento rural’; - Exaltação do conceito de sustentabilidade como forma de alcançar uma harmonia econômica, social e ecológica no campo.
<i>Desenvolvimento local/regional</i>	Bacelar (1999); Meyer-Stamer (2001); Benko (2009); Lima <i>et al.</i> , (2009); Neto <i>et al.</i> (2017)	- Exaltação a estratégias locais para alternativas e ações a favor do desenvolvimento rural; - Forte correlação entre processos de fortalecimento da descentralização política e o desenvolvimento; - Priorização de ações locais/regionais em detrimento de políticas ou programas nacionais.

Fonte: Elaboração própria.

4. DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL: UMA IMBRICADA E COMPLEMENTAR RELAÇÃO

O desenvolvimento rural e o desenvolvimento urbano são basicamente eixos de uma mesma engrenagem. Ou seja, ao se refletir sobre as atividades rurais e urbanas é preciso ir além de suas funcionalidades e delimitações espaciais, compreendendo-as como uma relação simbiótica – carregada de complexidade – que envolve a cidade e o campo, nas suas inúmeras inter-relações que de certa forma constroem seus sentidos e suas dimensões territoriais (KIELING *et al.*, 2015).

Vulgarmente, quando se verifica o aparecimento das expressões urbanidade e ruralidade, estas quase sempre são caracterizadas/carregadas de um aparente significado antitético, em que o urbano aparece frequentemente como sinônimo de modernidade e civilizado, enquanto o rural traz consigo a imagem/ideia de simplório, atrasado e rústico; diminuindo assim a importância do campo frente à cidade (SPOSITO, 2013).

Contemporaneamente, é preciso evitar conceber o urbano e o rural como duas dimensões distintas, como se houvesse uma contradição entre essas duas formas de organização do espaço. As diferenças – que de fato existem – devem ser compreendidas/analizadas como particularidades que definem modos de agir, pensar, se relacionar e de produzir que especificamente definem as particularidades de qualquer território e de sua territorialidade. Neste sentido, pensar o desenvolvimento urbano e rural passa necessariamente pela revisão de alguns conceitos relacionados a espaço, território e territorialidade, permitindo assim a compreensão da relação complementar e sinérgica que o campo estabelece com a cidade e que a cidade estabelece com o campo.

A primeira e necessária explicação a se fazer, é a de diferenciar o conceito de espaço com o conceito de território. Como bem observa Haesbaert (2013), a categoria de território emerge posteriormente ao termo analítico do espaço. O que significa que há uma distinção entre os conceitos, por mais que um dependa do outro para existir, numa clara relação de “[...] inseparabilidade entre sistema de objetos e sistemas de ação” (SANTOS, 2013. p. 65).

O mérito do conceito de formação espacial reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível a partir da ação da sociedade em um determinado território (CORRÊA, 2006).

Desta forma, o espaço não pode ser compreendido fora do território e o território não pode ser compreendido fora do espaço. O território – conceito primordial para a compreensão de desenvolvimento rural e da sinergia/complementaridade entre campo e cidade – pode ser sinteticamente explicado como um sentimento de pertencimento que envolve valores simbólicos, que transmite diferentes significados as pessoas, mas que as mantém vinculadas a um mesmo meio.

[...] todo o grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade histórica e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais [a territorialidade] vinculando os homens ao meio, a terra, ao espaço (HAESBAERT, 2013. p. 93).

Nesta perspectiva, o território se explica pelo o uso que os atores fazem dele, permitindo a extrapolação impostas pela limitação geográfica, demonstrando que “[...] se podemos entender o território como extensão apropriada e usada, a territorialidade, por si só, pode ser definida como o

sentido de pertencer àquilo a que nos pertence” (SILVEIRA, 2013. p. 39). Desta forma, se as pessoas se sentem pertencidas a determinados espaços, significa dizer que há uma compreensão de identidade coletiva, que acaba por sua vez, a também criar e recriar inúmeras compreensões subjetivas de significados, independente dos espaços físicos que as pessoas se encontrem. O que permite concluir, que não há sentido atualmente para a justificativa da existência de uma delimitação espacial entre o campo e a cidade, mas sim, a de que as diferenças e contradições ressaltadas em ambos os casos, são oriundas de aspectos identitários e subjetivos sobre a compreensão do que consideramos como rural e urbano.

[...] há múltiplas territorialidades, decorrentes de sua vivência, que conduzem a diversas representações e identidades em relação ao espaço e aos territórios. Assim, todos nós teríamos uma multiterritorialidade, que é subjetiva, e, nesta existiriam ruralidades e urbanidades (CANDIOTTO *et al.*, 2008. p. 237).

Por sua vez, é explícito que a partir da década de 1960, o modo de produção rural e as interpretações em relação ao campo brasileiro passam por profundas transformações, modificando também a percepção da sociedade em relação ao papel do campo e de suas reais características. A introdução de uma racionalidade industrial a favor da produção de *commodities*, definitivamente alterou a relação da sociedade com o campo e a do trabalhador rural com a natureza, uma vez que o uso exagerado da utilização de defensivos agrícolas e uma produção cada vez mais monocultora e intensiva permitiu romper com os limites anteriormente impostos pela natureza.

Esse processo de alteração do campo que se dá em escala mundial – sendo mais desigual e agressiva na realidade brasileira devido a condições de vulnerabilidade social dos trabalhadores rurais – é intimamente vinculado ao modelo preconizado pela chamada “revolução verde”, que se caracterizou – e parece persistir na esfera rural brasileira, a partir de outros matizes – pela tecnização do rural, vista como condição necessária para o campo brasileiro modernizar sua produção agropecuária na retórica do Brasil como celeiro do mundo (CONWAY, 2003).

Pode-se afirmar que a hegemonia do capital também se ampliou para as estruturas da agricultura familiar, as quais passaram a garantir seus meios de sobrevivência graças à produção de matéria-prima destinada a grandes corporações transnacionais, uma vez que estas empresas não têm interesse em dedicar investimentos em fatores produtivos na produção agrícola direta, preferindo integrar o pequeno produtor a indústria – a partir de contratos e cláusulas “leoninas” com cooperativas e demais trabalhadores rurais – a partir do fornecimento de assistência técnica, insumos e crédito, em sua maioria garantidos a partir de recursos e programas públicos da união, estados e municípios.

Verifica-se assim, que o processo de produção capitalista alterou decisivamente as relações e percepções dos indivíduos sobre a dimensão rural e urbana nos últimos anos. A interpretação de que o rural foi absorvido pela esfera urbana, é uma consideração equivocada, que desconsidera a

aproximação entre o campo e a cidade, suas especificidades e o comungar dos indivíduos em relação aos conceitos de território e territorialidade.

Más importante que discutir el carácter urbano-rural de estas, así llamadas, nuevas formas urbanas y/o rurales es intentar comprender su significado, ir más allá de su apariencia fenoménica, para entender su papel en la reproducción social de las relaciones sociales de producción en la actual etapa de desarrollo del capitalismo y de las fuerzas productivas (LIMONAD *et al.*, 2012. p. 11).

Por sua vez, a perspectiva de uma progressiva urbanização rural – ou desruralização – pode ser percebida ou interpretada como uma extensiva ação em direção ao enfraquecimento de uma sociedade e de uma identidade rural, proveniente de certo esvaziamento demográfico das populações e da alteração das relações de produção no campo. Constata-se que a partir dos anos de 1980, a principal atividade econômica do campo deixa de ser eminentemente relacionado a produção agropecuária e passa para o exercício de demais atividades, alterando definitivamente a percepção conceitual entre a possível equivalência já existente entre a expressão rural e agrícola (DIRVEN, 2011).

Há também o aumento nos últimos anos, de uma forte desagregação do campo a partir do avanço do elo indústria-agricultura a medida que esta nova arquitetura de poder passa a subordinar e a marginalizar o trabalhador rural e sua respectiva força de trabalho em prol de um pensamento – estimulado pelo setor público – de desruralização em direção a uma retórica modernizante e consumista de produtos manufaturados (WALLERSTEIN, 2001).

As mudanças oriundas do processo de modernização do campo promovidos a partir dos anos de 1970 e fortemente propagados nos anos de 1980/1990 trouxe ao contrário do que defendia seus ideólogos, apenas movimentos migratórios, fortes alterações nas interações urbanos-rurais e a proliferação da desigualdade e pobreza no campo e na cidade. Para além desses efeitos deletérios, verifica-se de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2011), que a integração e a realocação da atividade produtiva a partir de uma matriz agropecuária mais tecnificada e industrial, trouxe mudança nos hábitos de vida e nos padrões de consumo da população rural, que passou a se inserir – e viver mais constantemente as agruras e desafios – de uma sociedade mais conectada e tendente a disrupção em todas as esferas de sua vida.

Essas alterações foram tão significativas nas últimas duas décadas, que trabalhos e reflexões passaram a conceitualizar essas mudanças na América Latina como “nova ruralidade”, evidenciando a lacuna semântica de definição outrora utilizada para se referir ao conceito de rural. Segundo Pérez (2006), as novas características que definem a ruralidade são: 1) a quebra da dicotomia urbano-rural; 2) o reconhecimento da população do campo – camponeses, mineiros, pescadores, artesãos, empresários, latifundiários e demais trabalhadores do setor de serviços – como multifacetado e heterogêneo; 3) a ênfase na multifuncionalidade do território; 4) o reconhecimento

de múltiplas atividades como mecanismos intrinsecamente correlacionados a preservação das economias rurais; 5) ênfase na gestão e no uso dos recursos naturais e 6) revalorização das ações de serviços ambientais como atividades que dinamizam a atividade econômica do campo.

A “nova ruralidade” ainda é uma expressão conceitual repleta de ressignificações e aberta a inúmeras novas interpretações, a sua atual indefinição permite, no entanto, que esta agenda de pesquisa se dê de forma interdisciplinar e interinstitucional sobre os necessários macroprocessos globais e territoriais, e, a longo prazo tende a contribuir para uma atualização mais crítica perante as rápidas e constantes mudanças existentes na esfera rural brasileira e no seu processo contínuo em relação a esfera urbana.

Muitas questões ainda encontram-se abertas no que diz respeito a novas formatações do campo e em sua respectiva relação com a esfera urbana brasileira. Refletir sobre o desenvolvimento teórico destas novas interpretações (PÉREZ, 2006); da multiatividade para a população mais vulnerável das áreas rurais (KAY, 2007); questionar a falta de postura crítica frente a desruralização (RUBIO, 2002); refletir sobre a dicotomia campo-cidade e sobre a indústria-agricultura e suas respectivas consequências são algumas das lacunas ainda a serem respondidas/preenchidas pelas reflexões de estudiosos e especialistas no tema. Torna-se importante considerar que essas novas leituras do campo ainda apresentam muita fragmentação e pouca sistematização acadêmica, por vezes levando a utilização de termos “[...] guarda-chuvas para se referir a qualquer novo desenvolvimento em áreas rurais, ou mesmo a qualquer problema relegado ou não dada atenção suficiente em políticas públicas e demais análises acadêmicas anteriores” (KAY, 2009. p. 610). Fugir de simplificações teóricas e evitar polissemias é tarefa fundamental para avanços nas pesquisas que demonstrem e comprovem a importância do espaço rural para o desenvolvimento do país e para que reconheçamos a relação sinérgica existente entre os avanços e retrocessos que conectam a cidade com o campo.

5. O TERRITÓRIO E A MULTITERRITORIALIDADE: UMA RESSIGNIFICAÇÃO NECESSÁRIA

Nos estudos da ciência geográfica, o conceito de território foi – e continua sendo – amplamente estudado, especialmente no que concerne a sua definição e seus usos. Segundo Souza (2007), o espaço geográfico por vezes se confunde com o território e é fundamentalmente delimitado por relações de poder, o que também é confirmado por Haesbaert (2007), ao afirmar que qualquer que seja a abordagem a respeito do conceito de espaço ou território, haverá sempre o poder envolvido, seja no sentido de dominação simbólica ou mesmo de apropriação.

Para além da definição de espaço geográfico e território, autores como Corrêa (1994), explicam tal dilema e complexidade do entendimento conceitual, utilizando-se de dimensões

explicativas, tais como: política, afetiva e social. Autores da corrente de pensamento de Corrêa compreendem o espaço e o território a partir dos significados oriundos do sentido dado pelo indivíduo, numa clara relação de que os conceitos são intrinsecamente dependentes da ação social humana, o que por sua vez, deságua na acepção da territorialidade, que para Raffestin (1993) era compreendido como o resultado das relações entre seres humanos imersos nos territórios, ou seja, a partir de relacionamentos sociais construídos em um espaço onde as relações de poder e dependência ficam claramente explicitadas.

Neste sentido, o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo social não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2007).

É do entendimento sobre o território, que surge a territorialidade, na medida em que permite a compreensão do relacionamento que pode existir entre o homem e o espaço geográfico por ele ocupado. É nesse espaço geográfico, apropriado pelo homem (território) que se admitem os processos sociais e afetivos de pertencimento a uma determinada área geográfica (territorialidade), desencadeando processos ora de desterritorialização e ora de reterritorialização.

É válido destacar que esses processos ocorrem de maneira diferenciada dentro da sociedade, gerando consequências também distintas. Não é possível, por exemplo, a comparação de movimentos como esses em ações voluntárias – modificação de habitação por questões e escolhas pessoais – com ações forçadas de caráter verticalizado do Estado – mudança por aumento de desemprego, remoções, realocações e reassentamentos –, por mais que em ambos os casos seja possível caracterizar a desterritorialização e a reterritorialização.

Ainda sobre esse tema, segundo Haesbaert (2007), a desterritorialização é um processo indissociável da reterritorialização, sendo este dialético. Para defender essa ideia, Haesbaert (2007) afirma ainda que o homem é um “animal” iminentemente territorial e, portanto, todas as suas ações, acabam por gerar um complexo movimento de territorialização, que inclui a vivência de diversos territórios, ou, finalmente, da multiterritorialidade entendida como o sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, em uma territorialização múltipla, em um entrecruzamento de diferentes territórios. Ou seja, como dizia o sociólogo francês Yves Barel, um multi-pertencimento territorial próprio da natureza humana. Nas palavras do autor:

[...] o homem, por ser um animal político e um animal social, é também um animal territorializador. Diferentemente, talvez, de outras espécies animais, seu trabalho de territorialização apresenta, contudo, uma particularidade marcante: a relação entre o

indivíduo ou o grupo humano e o território não é um a relação biunívoca. Isto significa que nada impede este indivíduo ou este grupo de produzir e de “habitar” mais de um território. [...] é raro que apenas um território seja suficiente para assumir corretamente todas as dimensões de uma vida individual ou de um grupo. O indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo ao seu “nível”, ao nível de sua família, de um grupo, de uma nação. Existe, portanto multipertencimento territorial. (BAREL, 1986. p. 135).

Desse modo, a multiterritorialidade surge como uma alternativa conceitual ao processo chamado até então de desterritorialização (HAESBAERT, 2007), incluindo, não somente uma visão quantitativa (tamanho do território geográfico), mas também dimensões qualitativas, já que existe a possibilidade de levar em consideração a existência de vários processos, atores e poderes que frequentemente convivem em um mesmo espaço geográfico.

A importância dos debates em torno das conceitualizações geográficas é que estas, até recentemente, eram abordadas pelas políticas de desenvolvimento territorial do país, explicitando assim, a multidimensionalidade inerente ao território, incentivando medidas concretas, tais como: 1) a denominação de agricultores familiares como forma de abrandar os conflitos existentes na esfera agrária brasileira; 2) o atendimento de demandas de todo um conjunto de atores locais que outrora ficavam relegados à marginalidade social e; 3) a realização de uma ação política em sinergia com as melhores práticas desenvolvidas na Europa e nos países Latino-americanos, reafirmando a importância da agenda externa e das novas discussões para o desenvolvimento do campesinato brasileiro.

Assim, o caráter multidimensional do território foi durante o final da década de 1990 e os primeiros decênios do século XXI um momento de elaboração e fortalecimento de políticas e ações em prol do desenvolvimento territorial agrário brasileiro. Em alguns dos programas executados – Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e Programa Territórios da Cidadania (PTC) –, a relevância dada ao território e a compreensão de suas várias expressões de poder que a sociedade pode expressar – econômico, sociocultural, político-institucional e ambiental – endossaram o caminho para um desenvolvimento endógeno, na qual os atores locais, não fossem apenas encarados como público-alvo, mas sim, compreendidos como partes importantes de desenvolvimento a se buscar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o que essa breve reflexão aponta como conclusão, é que o desenvolvimento relacionado ao campo constitui-se como uma expressão polissêmica por definição e que as interpretações e diversas conceitualizações apresentam características bem precisas que lhe são

próprias e que se apóiam na dinâmica de recursos próprios do conjunto de atores que constituem um “território”.

Os variados modelos que se assentam na tentativa de explicar as alterações e especificidades do campo brasileiro visam em sua grande maioria tentar renovar as noções teóricas construídas anteriormente ao início dos anos de 1960, inserindo reflexões sobre acertos e desacertos do “desenvolvimento a partir de baixo” ou mesmo de um “desenvolvimento endógeno”. Com efeito, muitos dos estudos e análises contemporaneamente realizados partem do modelo territorial como objeto de pesquisa, notadamente, na utilização geográfica e institucional que a coordenação dos atores locais exerce com a terra.

Sendo assim, fica latente que qualquer tipo de explicação que se restrinja a soluções liberais, situadas apenas no quadro macro-econômico, não parecem mais ações suficientes para produzir soluções inovadoras, que respondam as necessidades de qualquer tipo de atividade correlacionada a mecanismos de “desenvolvimento”. Stiglitz (2002) já demonstrou de forma precisa que a obstinação dos projetos de desenvolvimento do campo por parte das grandes organizações internacionais (tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) geralmente apresentam pouca compreensão sobre a pertinência de desafios locais como lugar efetivo para a elaboração de qualquer projeto de desenvolvimento inclusivo, eficiente e equitativo. Ou seja, o discurso sobre a dimensão exclusivamente macroeconômica que ainda hoje influencia acadêmicos e demais especialistas, deixa de lado, importantes interações simbólicas, práticas e costumes que não apenas fazem parte da relação do indivíduo com o seu espaço, mas que de certa forma são fundamentais como base de uma identificação coletiva com uma cultura e com um território (seja qual for sua escalaridade).

Em resumo, o desenvolvimento a ser perseguido não pode/deve ser implantado via decreto – de cima para baixo –, deve ser realizado a partir da construção dos atores, mesmo que por vezes, políticas públicas apropriadas a esfera rural possam estimular e mobilizar os respectivos atores para novas ações e ressignificações de conhecimentos e práticas. Desta forma, a construção só pode ser concebida como um dinâmica inserida no tempo, no espaço e na relação sinérgica e harmônica com os mais variados grupos e indivíduos pertencentes aos territórios rurais brasileiros.

Independentemente da categorização utilizada para conferir melhor vida digna a população do campo – desenvolvimento agrícola; desenvolvimento agrário; desenvolvimento rural; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local ou regional – é preciso que as abordagens passem a considerar como característica principal, a instalação de uma processo inscrito na longa história de construção pelos atores sociais do território, e não, apenas uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes. Ou seja, a dinâmica de “desenvolvimento” do

território agrário – pautado no potencial da terra e de seus atributos a favor da humanidade – deve ser dialógica, possibilitando de forma sinérgica – para os atores locais e para os atores externos ao território – a potencialização dos recursos existentes ou mesmo a revelação de recursos inéditos na direção da inovação dos recursos territoriais de forma democrática, fraterna e sustentável para as próximas gerações.

Essa concepção, possibilitaria a construção de um modelo de governança coordenado pelos atores na direção da integração de mecanismos produtivos e institucionais para as dimensões locais – respeitando identidades, diversidades e complexidades – na qual a expressão governança territorial apareceria como “[...] a expressão de arbitragens entre diferentes interesses em relação a terra e ao seu uso” (CHIA *et al.*, 1999. p. 52).

Infelizmente tais pressupostos ainda estão distantes de se concretizarem. Há inúmeros obstáculos e limites que demonstram que o modelo aqui preliminarmente concebido não se desenvolverá de forma espontânea, exigirá uma comunhão de atores consensualmente predipostos a criarem ações públicas e privadas adequadas a essas importantes e estratégicas finalidades. Se o desenvolvimento agrário equitativo ainda não é possível de ser demonstrado e pelo contrário parece direcionar-se no caminho adverso ao que as gerações futuras necessitarão – reforçada pela polissemia e contradições existentes nas relações sociais da esfera agrária brasileira – permanece, no entanto, um vasto campo de reflexões sobre as urgentes e necessárias alternativas criadoras que possibilitem ao invés da confusão de significados e desentendimentos, a criação de elos de interpretação e práticas que nos faça compreender as diferenças na direção de soluções para acomodação das diferentes demandas em relação ao uso e a posse da terra.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992. 304p.
- ARCILA, M.; SILVA, A. La construcción social de lo rural. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, v. 3, n. 5, p. 24-41, 2013.
- BACELAR, T. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 02, p. 144-161, 1999.
- BAREL, Y. Le social et ses territoires. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (Orgs.). **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot, 1986.
- BENKO, G. **Economia urbana e regional na virada de século**. Salvador: EDUFBA, 2009. 36p.
- BERDEGUÉ, J. L.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. La creciente importancia del empleo el ingreso rurales noagricolas. In: ECHEVERRIA, R. G (Ed.). **Desarrollo de las economías rurales**. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.

- BINSZTOK, J. Principais vertentes (escolas) da (des)ordem ambiental. In: SANTOS, M.; BECKER, B. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República: Centro Gráfico, 1985.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 542**. Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República: Centro Gráfico, 1994.
- BRÜSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.
- CAMARGO, A. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- CANDIOTTO, L.; CORRÊA, W. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, 2008.
- CHIA, C.; TORRE, A. Régles et confiance dans un système localisé. Le cas de La production de Comté AOC. **Sciences de la Société**, n. 48, p. 49-68, 1999.
- CHONCHOL, J. **Sistemas agrários em América Latina**. De la etapa prehispanica a la modernización conservadora. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994. 205p.
- CONWAY, G. **Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. 375p.
- CORRÊA, R. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CORRÊA, R.; CASTRO, I.; GOMES, P. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Orgs.). **Territórios Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone-Unicamp, 1995. 240p.
- DIRVEN, M. Corta reseña sobre la necesidad de redefinir rural. In: DIRVEN, M. (Org.). **Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina**. Santiago de Chile, CEPAL, 2011.
- FAIGUENBAUM, S. Definiciones oficiales de rural y/o urbano el mundo. In: DIRVEN, M. (Org.). **Hacia una nueva definición de rural com fines estadísticos en América Latina**. Santiago: CEPAL, 2011.
- FERNANDES, B. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 120p.

FERRANTE, V.; SILVA, M. A. Política de assentamento: O jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 11, p. 33-51, 1988.

GOODMAN, D. Ontology matters: the relational materiality of nature and agro-food studies. **Sociologia Ruralis**, v. 41, n. 2, p. 182-200, 2001.

GOODMAN, D. Economia e sociedade rural a partir de 1945. In: BACHA, E. KLEIN, H. **A transição incompleta**. Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. 210p.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2013. 186p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2011. 376p.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea (série Ipea, 127), 1990.

KAY, C. Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad?. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 71, n. 4, p. 607-646, 2009.

KAY, C. Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 29, p. 31-50, 2007.

KIELING, R.; SILVEIRA, R. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015.

LIMA, A.; SIMÕES, R. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Texto para discussão**, 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

LIMONAD, E.; MONTE-MÓR, R. Por el derecho a la ciudad, entre o rural y lo urbano. **COLOQUIO DE GEOCRÍTICA**. 12., Bogotá. **Anais...**, Bogotá, 2012. p. 1-15.

LOPES, J. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). **Estudos Ceprab**, n. 22, p. 41-110, 1982.

MEYER-STAMER, J. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2001. 26p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento Territorial Rural. **Série Documentos Institucionais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MUELLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. 1. ed. Brasília: UNB/Finatec, 2007. 562p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, 2001.

NETO, A.; COSTA, M.; RESENDE, G.; GALINDO, E. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In: NETO, A.; CASTRO, C.; BRANDÃO, C. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

PÉREZ, E. Desafíos sociales de las transformaciones del mundo rural: nueva ruralidad y exclusión social. In: PNUD (Org.). **Chile Rural**. Un desafío para el desarrollo humano. Santiago de Chile: PNUD, 2006.

PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Desenvolvimento para além das médias**. Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011. Brasília: PNUD, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. 1. ed. São Paulo: Ática. 1993. 269p.

RUBIO, B. La exclusión de los campesinos y las nuevas corrientes teóricas de interpretación. **Revista Nueva Sociedad**, n. 182, p. 21-33, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Estúdio Nobel/Fapesp, 1993. 103p.

SAMPAIO, P. **Proposta do Plano Nacional da Reforma Agrária**. Brasília, (não publicado), 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2013. 546p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SILVEIRA, M. Novos acontecimentos, novas territorialidades. DIAS, L.; FERRARI, M. (Orgs.) In: **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SOUZA, M. O. Território: Sobre o Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, M. A. Questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.; WHITACKER, A. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

STIGLITZ, E. **La grand illusion**. Paris: Éditions Fayard, 2002.

STEDILE, J. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora Universidade, 1994.

WALLERSTEIN, I. Los intelectuales en una época de transición. In: **Ponencia presentada en el Coloquio Internacional Economía, Modernidad y Ciencias Sociales**. Guatemala, 2001.

Trabalho enviado em 01/12/2020

Trabalho aceito em 30/01/21